



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TORTURA E MAUS TRATOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1129/02	DATA: 17/12/02
INÍCIO: 09h42min	TÉRMINO: 14h37min	DURAÇÃO: 02h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h10min	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 25
REVISÃO: Mesquita, Robinson, Víctor		
CONCATENAÇÃO: J. Carlos		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ANANIAS RANGEL MELLO – Advogado do detento (morto) Manoel Corrêa Ferreira da Silva JOSÉ PINTO DE LUNA – Delegado da Polícia Federal, integrante do grupo Missão Especial MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Agente da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Audiência Pública realizada no auditório da sede da OAB, em Vitória, Espírito Santo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Declaro abertos os trabalhos da décima reunião desta Comissão. Ordem do Dia: Tomada de depoimentos de testemunhas sobre o caso e morte do agricultor Manoel Corrêa da Silva Filho, testemunha-chave contra o crime organizado no Estado do Espírito Santo. Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 14/02, de autoria do Deputado Magno Malta. Convido para tomar assento à Mesa o Dr. Ananias Rangel Mello, advogado do Sr. Manoel Corrêa da Silva. Solicito ao Dr. Ananias Rangel Mello que preste juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito a todos que fiquem de pé para ouvir o juramento.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Sra. Presidente, Srs. Deputados, membros da Mesa, faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Elcione Barbalho) – Muito obrigada. Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal. *Art. 342 – Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral. Pena: reclusão de um a três anos e multa.* Dr. Ananias, o senhor tem vinte minutos, se quiser fazer uso da palavra. Se o senhor achar por bem já repassar para os Deputados aqui presentes.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Eu creio que seja dispensável, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Elcione Barbalho) - Então passarei a palavra ao Relator, Deputado Almir Sá.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Dr. Ananias, o senhor foi advogado...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Do Manoel Corrêa.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – ...do Manoel Corrêa.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Manoel Corrêa Ferreira da Silva.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Ok. O que o senhor Manoel Corrêa disse ao senhor sobre a questão dos riscos que ele corria ou do seu envolvimento no crime organizado, que já consta dos autos, no decorrer em que estava preso, do dia 14 ao dia 22?



O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Nobre Relator, durante o período em que eu fui advogado do falecido Manoel Corrêa, eu o era desde quando ele foi preso tentando matar o Cel. Ferreira, munido de uma metralhadora dentro da empresa Marca, que faz aterro sanitário....

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Ele, Manoel, tentando matar...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – ... no Município de....

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - ...o coronel.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – ...Cariacica. Houve um desentendimento financeiro em relação ao terreno vendido para a Marca, que era de propriedade do Manoel Corrêa e que tinha sido intermediado pelo Cel. Ferreira e o Manoel Corrêa, insatisfeito, porque o valor acordado não foi aquele ao qual o Cel. Ferreira fez uso ou pôs a mão no dinheiro, ele, aborrecido com isso, se municiou de uma submetralhadora e foi para a Marca com ela dentro de uma bolsa e pediu aos diretores da Marca que chamassem o Cel. Ferreira para discutir o assunto. E, segundo palavras dele, aquilo era um artifício para que se o coronel chegasse ele o executasse ali com aquela metralhadora. Bom, foi chamado o Cel. Ferreira, o qual acionou o COPOM, a polícia, e ele próprio não foi, e sim a polícia. Em chegando a polícia ao local, o Manoel Corrêa disse que a sua intenção não era contra aqueles policiais e sim contra a pessoa do Cel. Ferreira e por isso ele iria se entregar. E se entregou sem maiores transtornos. Nessa oportunidade ele foi preso e levado para a sede da delegacia de Cariacica, onde eu tive o primeiro contato com o Manoel Corrêa, quando a sua família me pediu que advogasse para ele. Foi nessa primeira oportunidade que conheci Manoel Corrêa. Ele me chamou em particular e contou-me a respeito da vida dele. Eu já conhecia o Manoel Corrêa dos movimentos deles com o SINDILIXO, do qual sou advogado. SINDILIXO é o sindicato dos catadores de lixo, dos recicladores de lixo e papel do Estado do Espírito Santo. Foi quando eu tive o primeiro contato como advogado do Manoel Corrêa. Ele me contou na oportunidade que ele era um membro desse...

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Crime organizado.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - ... suposto grupo de crime organizado. E me contou da participação junto com essas pessoas envolvidas, das quais já se tem notícia pelos jornais. E a intenção dele era matar o Cel. Ferreira, porque o coronel,



que era companheiro dele em todas essas empreitadas, tinha dado “um boné” nele, como eles costumam falar, no jargão...

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Tinha enganado ele.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Tinha enganado ele. Então, tinha dado um “boné” nele e por isso ele iria executar o Cel. Ferreira. Quando eu vi que o depoimento dele seria bombástico, eu chamei o delegado em particular e falei para ele que aquele depoimento não deveria ser tomado na delegacia e que ele deveria tomar as providências necessárias para toda a segurança do local porque “a coisa ia feder”, na expressão mais comum, mais chula. Falei para o delegado: “*Oh, a coisa vai feder e você toma as providências porque isso aqui vai pegar fogo.*” O delegado telefonou para o Grupo de Repressão ao Crime Organizado e o Promotor Martinelli imediatamente se deslocou para a delegacia e foi acionada a Polícia Especializada do Espírito Santo, foi quando o Manoel prestou os primeiros depoimentos contra o crime organizado. Daí para frente ele veio sofrendo várias ameaças. Eu mesmo consegui, junto ao Judiciário, depois disso, um alvará de soltura para ele, na condição de preso, estava sem proteção, não tinha como ficar protegido dentro da Casa de Detenção de Viana. Consegui convencer o juiz que ele era mais importante solto que preso e morto. E o juiz da 2ª Vara Criminal de Cariacica deu o alvará de soltura pelo crime que ele tinha cometido de suposta tentativa de homicídio contra o coronel. Aí, depois de ele solto, a Vara de Execuções Criminais de Vitória, sabendo desse crime e que ele estava solto, mas sob a custódia da Vara das Execuções, revogou o benefício dele e o prendeu novamente, encaminhando-o com toda a segurança à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – O senhor teve algum contato com ele...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Diversos.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - ...no período em que ele esteve na Polícia Federal.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Diversos. Tive uns três contatos com ele. Já não era mais advogado dele, porque houve um desentendimento quanto à parte financeira. Ele ficou me devendo uns valores que ele disse que não aceitaria, não é que ele não tinha condição de pagar, até porque ele era fazendeiro. Ele não queria pagar. Ele falou para mim: “*Doutor, eu não vou querer pagar esses valores.*”



Eu falei: *“Então, você procura um outro advogado.”* Foi quando eu deixei de ser advogado dele, mas mesmo assim, por ter outros presos na custódia da Polícia Federal, fui à Polícia Federal por três vezes e falei com ele.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – O que ele relatou para o senhores nessas três vezes, algum fato importante?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Em todas as vezes que eu o visitava ele falava nomes de presos que estavam correndo risco de morrer. E nessas oportunidades, sempre relatei isso ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado, que o chamou de volta para depor para que ele relatasse esses fatos. Todas as vezes ele falava sempre a seguinte frase: *“Eu não tenho medo de morrer e sei que vou morrer de hoje para amanhã. Então, a cada dia que eu vejo o dia nascer eu sei que é mais um dia de vida que eu tenho e não sei se vai até à noite.”* Ele sabia claramente que ia morrer. Ele só não sabia a hora. Mas ele sabia que ia morrer. E dizia isso. Tanto dizia isso para mim quanto nos depoimentos. Todos os seus depoimentos que acompanhei no Grupo de Repressão ao Crime Organizado, como também nos depoimentos junto à Justiça, ele deixava claro que iria morrer.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – E especificava nome nessa questão?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Sim, sim. Todas as vezes ele dizia que....

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Que era o coronel?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Que era o grupo do Cel. Ferreira que iria matá-lo. Ele deixava claro isso e falava isso na presença do coronel. Ele olhava ainda dentro dos olhos do coronel e dizia isso: *“O coronel vai me matar...”*

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Ele disse algo, fora o coronel, com relação a envolvimento de policiais da Federal ou da Civil, arquitetando isso ou participando desse processo?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Ele dizia sempre, nobre Relator, que era um grupo muito grande. E, até por segurança dele, relatava os nomes desses participantes em doses homeopáticas. Ou seja, cada vez que ele ia à presença dos promotores ou de juízes ou até mesmo à frente de grupo parlamentar de inquérito, enfim, ele sempre falava as coisas, mas até um certo ponto. E ele sempre dizia para mim: *“Olha, Dr. Ananias, eu não falo tudo, porque se eu falar tudo eu fico sem*



proteção". Então, na pessoa dele, ele achava que falando só aquilo que lhe convinha falar, iria certamente se manter vivo.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Então, na sua opinião, morreu ainda levando com ele muitas informações.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Ah, certamente.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - Era um arquivo vivo.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Certamente. Ele sabia ainda muito mais coisas do que relatou.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Eu volto a perguntar: ele foi transferido dia 22 para Cachoeiro do Itapemirim. Perguntaria: ele declarou alguma coisa que o senhor acha que nos possa ajudar aqui no nosso trabalho?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Há um fato que é importante que não sei se os nobres Deputados conhecem. Essa transferência para Cachoeiro não foi a primeira. Uma semana antes ele sofreu uma tentativa de transferência.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Dia 14? Qual foi o dia? De onde para onde?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Eu não sei precisar. Ele próprio me telefonou, era por volta de 8h30min da noite, eu não sei precisar o dia, eu deveria ter anotado, eu não fiz isso, até porque eu não esperava que isso acontecesse, ele me telefonou dizendo: *"Doutor estão me transferindo"*. Eu falei: *"Para onde Manoel?"* Primeiro, eu virei para ele e disse: *"Manoel, você está me telefonando para quê? Eu não sou mais seu advogado, rapaz. Telefone para seu advogado."* Brincando, logicamente, com ele, porque eu tinha certa intimidade com ele. Ele mesmo falou: *"Ah! doutor, que nada! O senhor sabe que depois que eu resolver tudo isso eu te pago"*. Eu falei: *"Não tem problema, o que você quer?"* Disse: *"Estão me transferindo"*. Falei: *"O quê?! Estão te transferindo?"* Disse: *"É, sim. Estão me transferindo"*. Eu perguntei: *"Para onde?"* Aí ele me disse: *"Para a Casa de Custódia da Glória"*. Eu falei: *"Manoel, como para a Casa de Custódia da Glória, Manoel?"* A Casa de Custódia da Glória é um dos presídios que menos tem segurança em nosso Estado. Como que...

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Esse presídio é o MOSESP?



O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não. A Casa de Custódia da Glória é um presídio aqui do Município de Vila Velha. O MOSESP fica em Viana. A Casa de Custódia da Glória.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Da Glória.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – É. Segundo o que ele me falou por telefone.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – O senhor lembra a data disso?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Exatamente não sei precisar para o senhor. Sei dizer que foi de cinco a sete dias, cerca de uma semana antes da morte dele. Foi na semana anterior da morte dele. Foi menos de sete dias. De sete a cinco dias antes da morte dele.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Hum, hum...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Ele me ligou e falou que estava sendo transferido. Eu fui e falei: *“Mas como transferido, rapaz? Não tem condições de você ser transferido”*. Foi quando eu, usando do meu conhecimento, telefonei para algumas pessoas e disse que ele estava sendo transferido. Quando deu uma hora da manhã ele me acordou...

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Telefonando de novo.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO –... telefonando de novo, dizendo que ele tinha voltado para a carceragem da Polícia Federal. Que chegaram a levá-lo para a Glória, para outro lugar e não conseguiram deixá-lo lá porque acreditava ter sido a minha interferência. Acredito que pode ter sido, como não? Não sei. Sei dizer que ele voltou para a carceragem da Polícia Federal. Depois que ele voltou para a carceragem da Polícia Federal eu, em contato com o pessoal da Polícia Federal, voltei a dizer para a Polícia Federal, naquela oportunidade, que aquilo foi uma loucura, que não poderiam transferir ele de modo nenhum.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – O senhor falou isso para quem? Para o delegado, para o superintendente, para quem?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Ah! Eu falei isso tanto para o pessoal da carceragem da Polícia Federal, que eu não sei precisar o nome do pessoal que estava lá, dos agentes, como falei na oportunidade para o Dr. Joaquim Borges.



O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Então, o senhor falou para o Dr. Joaquim Borges que...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Em todos os contatos que tive...

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Então, o Borges sabia...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – De todos os contatos que tive ao telefone com o Dr. Joaquim Borges, sempre foi colocado o perigo que corria Manoel Corrêa. Tanto o Dr. Joaquim Borges quanto o Dr. Tito, como qualquer outro delegado da Polícia Federal do Estado do Espírito Santo sabiam do perigo que corria o Manoel Corrêa. Manoel Corrêa era uma figurinha carimbada.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Tudo bem. Mas o senhor se lembra de ter falado pessoalmente com o Dr. Tito sobre esse assunto?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não, não. Com o Dr. Tito, na verdade, eu nunca tive contato: nem por telefone, nem pessoalmente.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – E o Dr. Borges, o senhor chegou a falar pessoalmente?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não. Pessoalmente, não. Sempre contato telefônico.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sim. Mas o senhor falou por telefone com o Dr. Borges...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – ... dos riscos que o seu cliente passava...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Sim.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – ... se o transferissem da Polícia Federal?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Quando o Manoel Corrêa foi levado para a Polícia Federal havia ordem expressa de total segurança. Era o preso que tinha a maior segurança na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – O Dr. Borges falou que não sabia.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Até para visitar o Manoel Corrêa era difícil. Nós, advogados, se quiséssemos falar com o Manoel Corrêa, tínhamos que passar, antes, praticamente, por um questionário da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – O Dr. Borges disse que não...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Era perguntado qual era...



O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Um minutinho, doutor. O Dr. Borges disse que não tinha conhecimento dessa periculosidade dele e que ninguém tinha informado a ele. E não sabia também que ele era uma testemunha tão importante.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Nobre Deputado Magno Malta, como não sabia se o Manoel Corrêa foi transferido para a carceragem da Polícia Federal por estar delatando o crime organizado no Estado do Espírito Santo? Ele só foi transferido para a carceragem da Polícia Federal não foi porque ele foi preso por policiais federais em qualquer tipo de contravenção ou qualquer tipo de crime. Ele foi preso pela Polícia Civil por ordem da Vara de Execuções Criminais e conduzido para a carceragem da Polícia Federal por questão de segurança.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Então, algumas vezes, o senhor conversou com o Dr. Francisco Borges pelo telefone — não é? — como advogado do Manoel.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Até no dia da morte.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Até no dia da morte?!

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Até no dia da morte.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Qual foi o diálogo de vocês dois?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Estava fazendo um relato até minhas idas...

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – À carceragem.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – ... à carceragem. E até o que aconteceu na semana anterior à morte dele. Depois disso, passou-se. Entre essa tentativa de transferência e o dia da morte, no meio disto, o Manoel Corrêa me telefonou pedindo que eu fosse ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado dizer que a esposa dele o visitou — uma das suas esposas, porque ele era uma pessoa que tinha, na verdade, três famílias —, dizendo que ela tinha sofrido ameaça de morte por telefone. E a pessoa que ameaçou a esposa dele tinha se identificado como Ferreira. Eu fui ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado e contei o que tinha acontecido — não é? Fiz esse trabalho para o Manoel. Foi o último contato que tive, por telefone, com o Manoel Corrêa. Depois disso, cerca de uns três dias depois ele foi assassinado. Nesse dia do assassinato do Manoel Corrêa, acredito que o corpo dele ainda estava quente, foi uma questão de uns quinze minutos, recebi um



telefonema anônimo me dando conta da morte do Manoel Corrêa. A pessoa que falava ao telefone disse-me as seguintes palavras: “E aí, doutor? Passaram cerol no seu cliente — não é?” O termo “passar o cerol” é matar.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Hum, hum! Hã, hã!

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – “Passaram cerol” no seu cliente aqui. Aí falei: “*Aqui onde?*” “Disseram: “*Aqui em Cachoeiro. O seu cliente foi transferido para cá e passaram o cerol nele*”. Falei: “*Mas, meu cliente quem?*” Aí ele virou e falou: “*O Helinho*”. Helinho era o apelido do Manoel Corrêa. Fiquei em choque. Eu desliguei o telefone e imediatamente liguei para a Polícia Federal e pedi para falar com a carceragem da Polícia Federal. A pessoa que me atendeu, o agente que estava na carceragem, disse-me: “*É, doutor, realmente foi transferido, sim, e nós já estamos sabendo que ele morreu mesmo lá.*”

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Em Cachoeiro.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Em Cachoeiro. Eu pedi a ele que me transferisse para o Dr. Joaquim Borges para falar com ele. O Dr. Joaquim Borges me atendeu ao telefone.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Esse seu diálogo com o Joaquim Borges é importante.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Quando ele me atendeu ao telefone, antes de qualquer coisa, disse: “*É, doutor, mataram o seu cliente — não é?*” Respondi: “*Doutor, e como o senhor fez essa transferência?*” Ele respondeu a seguinte frase: “*Doutor, fiz a transferência porque precisava de ser feita.*” Eu falei: “*Como, doutor, precisava de ser feita? O senhor sabe que o Manoel Corrêa não podia ser transferido daí; houve uma tentativa de transferência que foi frustrada por causa da necessidade de o Manoel Corrêa ficar aí, porque o Manoel Corrêa era uma testemunha-chave contra o crime organizado — o senhor sabe disso.*” Ele respondeu-me: “*Mas, doutor, precisava desocupar a carceragem da Polícia Federal porque o prédio vai ser demolido.*” Eu falei: “*Doutor, mas, se o prédio vai ser demolido, a última cela que deveria ser demolida seria a cela em que o Manoel Corrêa estivesse dentro dela. Levasse o tempo que fosse, mas não podia ter sido feito isso.*” Ele me disse a seguinte frase final, e eu bati o telefone — desculpem-me a expressão — na cara dele.



O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Qual foi a frase?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Ele disse: *“É, doutor, eu sei que vou ser responsabilizado disso.”* Eu falei: *“O senhor fez o seu sanhaço. Segura ele!”* E bati o telefone na cara dele.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Esse foi o seu último diálogo com ele e com o doutor Borges?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Com o doutor Borges.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Então, doutor, as afirmações dele de que não tinha conhecimento de quem Manoel era são inverídicas, mentirosas...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Essa resposta... eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – É, porque ele seria o único ser humano vivente no Espírito Santo a não saber quem era o Manoel, não é?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - O senhor leu os meus pensamentos, nobre Deputado. Eu iria dar a resposta, fazendo a seguinte pergunta: seria ele o único moicano na face da Terra que não conhecia a história do Espírito Santo e a história de Manoel Corrêa?!

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Eu gostaria de fazer uma pergunta. Quem sabe, não está dentro disso, mas cabe uma análise sua como advogado para nós. No dia 19 do mês de novembro, o Manoel ainda foi a uma audiência em Cariacica.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Perfeito!

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Quem o acompanhou como advogado foi o senhor?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Não. Ele já estava sendo acompanhado pelo Dr. Zé Maria Ramos Ganho, segundo informação, que eu também não posso precisar. Quem o estava acompanhando era o Dr. Zé Maria. Houve desentendimento financeiro entre nós e disse a ele que não iria mais acompanhá-lo em audiência. Ele, na época, falou: *“Doutor, o senhor está com medo?”* Eu disse a ele a seguinte frase: *“Manoel, você me conhece já há algum tempo e sabe que eu não sou homem de carregar medo, até porque da linhagem da minha família e da memória do meu falecido pai eu não conheço essa palavra medo. Então, você sabe*



que eu não sou homem de carregar medo. Eu só não vou acompanhar você por causa daquilo que você me falou, que você disse que não vai me pagar porque você não quer pagar.” Foi quando ele acionou uma empresa da qual tinha envolvimento comercial, a empresa Lara. E, segundo informações, que também não sei se são verídicas, a empresa Lara contratou a pessoa do advogado Zé Maria Ramos Ganho para acompanhá-lo nessas audiências. Então, ele foi acompanhado pelo escritório do Zé Maria.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - O que o Ministério Público requereu — e aqui diz requereu fundamentadamente a transferência do segregado da Justiça, o Coronel Walter Ferreira Gomes para Brasília — transferência essa que ficaria a cargo da Polícia Federal em missão especial, conforme acordo verbal firmado entre o chefe da administração, Delegado José Paulo Rubim. E, surpreendentemente, a Polícia Federal, através do Delegado Joaquim Roberto Borges, Chefe da Delegacia Regional da Polícia Federal, em exercício, respondeu através do Ofício nº 5.960, datado de 18/11/2002, negando a possibilidade de transferir o Coronel Ferreira. Ele nega, o delegado, a possibilidade da transferência de Ferreira, mas, dois dias depois, ele pede então a transferência do Manoel. E essa primeira tentativa ocorre dia 14 e o Manoel morre dia 22. O senhor acha que pode ter alguma ligação nisso?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Seria irresponsável da minha parte dizer que poderia ter algum tipo de ligação, até porque estaria fazendo um prejulgamento. Agora, é de estranhar, Deputado Magno, várias coisas. Há uma: é de estranhar por que razão não transferir já há muito tempo a pessoa do Cel. Ferreira. E é de estranhar que logo depois da não-transferência do coronel venha a se transferir de forma estranha, à noite, a pessoa do Manoel. Porque dentro do Estado do Espírito Santo o embate era Manoel *versus* Ferreira, Ferreira *versus* Manoel. Então, tudo se deu de forma bastante estranha.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – O período da morte do seu cliente foi muito rápido. Ao chegar ao presídio, o Ministério Público acha que o período foi mais ou menos de trinta minutos entre a tortura até o óbito. A sua experiência, como advogado na área criminal, a gente está nessa lida e sabe que a cadeia tem seu próprio julgamento. Trinta minutos não é tempo para fazer julgamento. O Manoel já



tinha sido julgado, já teria sido articulado o julgamento dele com as cadeias e só chegou lá para ser executado?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – O nobre Deputado sabe, convenientemente ou por esquecimento mesmo, que fui indicado diretor de presídio no Governo Vitor Buaiz. Então o nobre Deputado sabe da minha experiência dentro de presídio. É impossível matar alguém dentro do presídio em meia hora. Julgar e executar é impossível. Por quê? É simples. Quando diretor do IRS, foi condenado à morte um preso. Conseguimos evitar que ele morresse. Isso por quê? Porque da condenação até a execução tem todo um ritual feito pelos presos. Eles se reúnem, elegem um para convocar o preso à presença daqueles que são os líderes da cadeia, para que estes líderes, nesta reunião, digam a sentença de morte para esse preso, para esse colega, para esse irmão, como o chamam. Aí, sim, passa-se à fase de execução. Aí, sim, aí passa-se à fase rápida. É... Quando dão a sentença, alguém já o pega por trás, com uma “teresa”, no pescoço, e sai arrastando-o para local mais fácil, de canto. E nesse local de canto fazem a execução. Falei da reunião e da eleição de um para buscar o preso. Enquanto um vai buscar, os outros o cercam para que o que foi buscar não seja enganado por aquele que será morto e tente fugir para o meio da galeria, chamar a segurança ou os carcereiros. Quer dizer, há todo um ritual.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - E há contato com as outras cadeias para buscar autorização?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Estou falando da fase de execução.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Da fase interna.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Da fase interna de execução. Mas antes dessa fase interna de execução, há a fase de consulta, porque todos os presídios do Espírito Santo, lamentavelmente, têm celular. Isso é público e notório

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - E orelhão.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - E orelhão! Então, existe toda uma fase de consulta. Primeiro, que o líder de uma cadeia nunca, ou quase nunca, executa outro preso sem o conhecimento de líderes das outras cadeias. E se ele o faz, consulta outros líderes que estão na cadeia com ele. Como em Cacheiro existe outro pavilhão, além daquele que foi levado o Manoel, teria de fazer consulta aos líderes



do outro pavilhão. Geralmente, uma execução — isso se dá desde a hora do início, o que eles chamam de “bochincho”, o início da revolta contra um colega de cadeia — leva de 24 a 48 horas.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Então, em se tratando de quem Manoel havia denunciado, esses conselhos já estariam prontos, as consultas já estavam prontas, tudo já estava acertado, ele só chegou exatamente para a execução.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Em outras palavras, o senhor está querendo perguntar se ele foi vendido? Certamente.

A SRA. PRESIDENTA (Elcione Barbalho) - Dr. Ananias, um dos fatos que me chamaram a atenção ontem foi o Delegado André Luís, que fez parte da reconstituição, e ficou de nos encaminhar documentos finais dos laudos, dizer que a coisa tinha sido bem assim, queima de arquivo. Mas, fundamentalmente, quando ele diz que sequer o Manoel trocou a roupa, com a roupa que ele chegou imediatamente sofreu tortura, foi morto com a mesma roupa que entrou. Então, quando o senhor fala: “24, 48 horas”, isso nos causa certo espanto e vem reafirmar mais uma vez que a coisa estava previamente elaborada no sentido de chegar e apagar mesmo. Pelo menos é um entendimento, por tudo o que temos ouvido aqui, quando se usa a palavra “vendido”, não é? Há uns termos que me espantam. Ontem perguntei: “tá no saco”, o que é isso? Também disse-lhe: “*Para mim é novidade*”. Então, isso nos leva a crer que a coisa realmente foi dentro dessa linha de raciocínio.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Sra. Presidenta, não teria como ser de outro modo. A execução do Manoel pode ter sido bem-arquitetada, bem-orquestrada, mas foi mal executada. Ela foi mal executada porque os executores... O preso, na minha experiência de presídio e como advogado criminalista, o preso, ele é muito afoito. Então, na verdade, deveria ter sido, dentro do presídio, feito todo um ritual que levasse a uma conclusão cabal que ele foi executado por ser pistoleiro, por ser matador de meliante; na expressão popular, matador de bandido. Mas, na “afoitice”, no momento em que ele entrou, já pegaram ele, arrastaram ele e o executaram. Isso é impraticável! Imaginemos o seguinte: eu gosto muito de dar exemplo de dentro do IRS, de onde fui diretor, porque o IRS é onde eu tenho mais



intimidade, com o presídio do IRS. O Deputado Magno conhece bem o IRS, pode me ajudar. O preso entra pelo “chapão” do IRS...

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Posso ajudar até certo ponto.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Me ajudar dentro do conhecimento que o nobre Deputado tem de lá do presídio...

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Eu sei, estou brincando.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO -... de já ter visitado o presídio, inclusive na época em que fui diretor lá.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Muito. Já fiz *show* para os presos lá.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Verdade. Na época em que fui diretor lá o senhor cantou diversas vezes para os presos.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Depois da CPI do Narcotráfico não posso cantar lá mais, não.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Não pode, não. Ficou difícil. Voltando ao depoimento. Quando ele entra no “chapão” — “chapão” é a porta de entrada, é o portão que dá acesso aos presos, acesso à galeria do presídio. Quando o preso dá acesso à galeria, se a galeria estiver aberta, ou seja, se for o horário em que os presos estão transitando na galeria, os presos todos vêem a entrada daquele outro preso; se não eles usam espelho para ver o que está acontecendo, por que está sendo aberto o “chapão”... Vamos supor que todos os presos vejam, estava aberta a galeria. Então todos os presos viram a entrada dele. Se todos os presos viram, aí começa o que eu chamei de bochincho, que é um preso falando para o outro: *“Olha, esse daí é matador de aluguel, matador de bandido, faz parte de grupo de extermínio”*. E coisa e tal. Começa o “bochincho”. Esse “bochincho” leva, no mínimo, miseravelmente, cerca de três horas. O “bochincho” leva, miseravelmente, três horas. Depois que o “bochincho” leva três horas é que chega aos ouvidos dos chefões, que chega aos ouvidos dos líderes da cadeia, porque os líderes da cadeia geralmente não ficam perto do “chapão”; geralmente, a cela dos líderes da cadeia é no final do presídio, é no fundo do presídio ou então... eles sempre ficam reservados, e só vão ao “chapão” para falar com o diretor, para reivindicar, enfim... Quando chega até eles a informação por aqueles que eles chamam de soldados, aí passa para a segunda fase, que é a fase das reuniões dos líderes para discutir o



que fazer com aquele preso — vai quebrar o braço, vai quebrar uma perna, vai dar de soco-inglês, enfim, vai dar a ele algum tipo de pena em relação ao delito que ele cometeu ou vai executar. Todos têm direito à fala. E há aqueles que são do deixadisso: “*Não, não é bem assim, ele não é tão ruim assim*” ou “*ele não fez isso, eu conheci ele em tal época*”. Então, há os contra e os a favor. Dificilmente há uma votação em que não haja alguma divergência, dificilmente. E essas reuniões são acaloradas — discussão mesmo, um põe o dedo na cara do outro —, as discussões são acaloradas porque... Até chegar a um consenso. Quando se chega a um consenso e a votação é pela eliminação, a senhora imagina quanto tempo já não se passou para isso! E aí, depois da votação, há ainda uma consulta das outras cadeias, dizendo que se vai fazer uma eliminação por causa disso e daquilo.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Doutor, eu queria saber do senhor se o senhor acha que antes de o Manoel chegar lá já tinha sido articulada, via presídio, a morte dele. O senhor acha que houve articulação anterior? Porque há um fato: da chegada dele até a morte demorou uma hora e meia. Então, foi muito rápido, o senhor acha que isso poderia ter sido articulado antes ou tem alguma informação nesse sentido?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Eu respondi a essa pergunta do Deputado Magno Malta, dizendo o seguinte: “*Na minha opinião ele foi vendido*”. A expressão é “vendido”. Vendido. Ou seja...

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Hã?!

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – ... ele chegou, sem reunião, sem nada...

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sei.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Ele chegou, sem reunião, sem nada. Ele chegou já escrito na testa dele: “executado”.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Quem vendeu, na sua opinião?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Eu diria que quem vendeu ele pode ter sido o crime organizado. Agora, quem vendeu ele especificamente, por nome, só se tivesse bola de cristal, mas quem vendeu ele, certamente, foi o crime organizado.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Bola de cristal ou sua segurança pessoal.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Seu Ananias, eu queria lhe fazer umas perguntas muito objetivas. O senhor afirma ter conversado... o senhor pode responder agora?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Desculpe.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Obrigado. O senhor afirma ter falado com o Dr. Borges, explicado ao Dr. Borges quem era o Manoel. Antes do dia 22?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Em todos os diálogos que tive, tanto com o Dr. Borges quanto com os carcereiros, os agentes que tomavam conta do cárcere da Polícia Federal, todas as vezes a discussão era sempre a mesma: “Cuidado com o Manoel, toma conta desse menino, você sabe o que ele está fazendo...” . “Não, doutor, a gente está vendo o jornal aí”. Quer dizer...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Quer dizer, o Dr. Borges, explicitamente, objetivamente, o senhor teve uma conversa com o Dr. Borges e disse: *“Olha, eu preciso todo o cuidado especial com o Manoel, em razão de ser uma testemunha-chave, ele delatou o Coronel Ferreira, então, há uma rivalidade entre os dois, portanto, todo cuidado é pouco com o Manoel.”*

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Todas as vezes que eu falei...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O senhor teve essa...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – ... tanto para o Dr. Borges quanto para todos os agentes da Polícia Federal, para todos os agentes da Polícia Civil, para todos os presídios em que o Manoel esteve durante... que eu fui advogado...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Especificamente ao Dr. Borges o senhor fez esse comentário?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Eu fiz o comentário não só ao Dr. Borges, como a todos os agentes da Polícia Civil, Federal...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Sim, mas ao Dr. Borges... Minha pergunta é objetiva: ao Dr. Borges, o senhor fez?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Certamente que sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O Carlos, que foi transportado da carceragem da Polícia Federal até Cachoeiro de Itapemirim no mesmo camburão que o Manoel, ele nos relatou aqui que o Manoel estava muito tranqüilo, o único



problema do Manoel é que ele estava com vômitos, e que em momento algum o Manoel fez menção a ele da preocupação dele, Manoel, por estar sendo transferido. E que ao chegar ao presídio ele, Carlos, estava muito preocupado, temeroso, em razão de ser filho de um policial militar e, portanto, com medo de ser colocado numa cela e os presos terem alguma retaliação à pessoa dele. E disse que em momento algum o Manoel fez menção da condição dele, sequer a ele ou sequer ao próprio Diretor. Pelo conhecimento que o senhor tem do Manoel, o Manoel teria esse comportamento?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - O Manoel era uma pessoa completamente fria. O vômito que o Manoel sofreu durante a viagem, numa oportunidade em que estive conversando com o Delegado, Dr. André, falei para o André: faz-se desnecessário até fazer a autópsia das vísceras do Manoel, porque ele não foi envenenado. O vômito que o Manoel estava sofrendo durante a viagem era a ânsia da morte. O Manoel sabia que ia morrer.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Mas, conhecendo o Manoel, o senhor acha que, ao chegar ao presídio, ele não iria comunicar ao Diretor, dizer: *“Olha, eu sou o Manoel...”*

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Em hipótese nenhuma. O Manoel tombava sem falar uma palavra.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Rogério disse-nos aqui também que assim que o Manoel chegou foi procurar a linha de frente para dizer: *“Olha, sou o Manoel e estou aqui porque denunciei o Coronel Ferreira.”* Aí a linha de frente se reuniu, conversou rapidamente, tiraram as barras, que já estavam cerradas, arrombaram os cadeados, reuniram todo mundo e julgaram o Manoel. O Manoel teria esse comportamento de procurar a linha de frente e relatar quem era ele?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não, de jeito nenhum. Ele era completamente reservado. Ele deve ter — desculpa não ser sucinto, mas acho necessário —, ele deve ter entrado no presídio... Pelo que conhecia do Manoel, a postura dele era essa. Ele só andava bem vestido — se tirassem ele para ir depor, ele saía de terno; se tirassem ele para transferir, saía de terno. Ele achava que isso dava a ele uma certa segurança. Então, ele se vestiu, foi sabendo que a



transferência dele para Cachoeiro de Itapemirim... Ele conhecia todos os presídios do Espírito Santo, ele sabia que a segurança de Cachoeiro é nenhuma. Então, alguma coisa errada estava acontecendo. Outra coisa. Das vezes anteriores, Manoel falava comigo. Por que Manoel não falou comigo? Por que não deixaram o Manoel dar um telefonema? Isso levou ao Manoel uma certa estranheza. Quando ele foi transferido, certamente, na cabeça do Manoel: *"Estou sendo levado à morte."* Manoel entrou no presídio e foi para o canto dele; pegou a trouxinha dele e foi para o seu canto dele, "na dele", sempre vendo tudo, copiando tudo. Porque o Manoel tinha olho de águia; ele entrava dentro de uma sala como esta e sabia onde estava todo mundo. Rapidamente ele olhava, e já via todo mundo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, o senhor acha que não era o comportamento típico do Manoel?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não, de jeito nenhum, em hipótese nenhuma.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor disse que advertia todas as pessoas, tanto da Polícia Federal quanto do Estado, quanto a condição do Manoel.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Não só eu, como principalmente os Promotores Fábio Vello, Martinelli, todos do grupo de repressão do crime organizado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas a minha pergunta é específica ao senhor, porque aos promotores já as fizemos. O Superintendente do Sistema Penitenciário, o senhor também teve contato com ele?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Não. Ah! Com o Coronel Rubens?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Coronel de Infantaria que é o Superintendente do ...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Do sistema prisional?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não, não é Coronel de Infantaria, não, é Coronel... É Coronel de Infantaria do Exército.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Coronel Rubens.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Tive contato com o Coronel Rubens. Falamos acerca do Manoel por diversas vezes.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Anteriormente à morte do Manoel.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Quer dizer, o Coronel, então, tinha conhecimento claro de quem era o Manoel.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Manoel não era conhecido muito pelo nome, Manoel, era Helinho.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Helinho. Mas, como depois do que houve, do entrevero dele com o Coronel Ferreira, ele passou a ser conhecido como Manoel Corrêa, porque os jornais passaram a estampar a foto dele com o nome Manoel Corrêa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E estampou muito.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, várias publicações...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Toda semana, três, quatro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Deputado Magno Malta, o que me causa espécie é que todos que aqui estiveram aqui depondo, ninguém conhecia o Manoel, ninguém sabia quem era o Manoel: *"Não, nunca o vi."* Ou: *"Manoel... Fiquei sabendo depois, não sei."* Diante disso, quero formular requerimento para ser deliberado neste momento, ou em outra oportunidade, que é a quebra do sigilo telefônico de todas as pessoas envolvidas, inclusive do Dr. Ananias, que recebeu esse telefonema anônimo, porque precisamos saber de onde veio esse telefonema. Suspeito até que tenha vindo do próprio presídio de Cachoeiro do Itapemirim, para fazer-lhe o comunicado do assassinato do seu cliente, como também desconfio, porque o Capitão Rubem ontem deixou claro que, num outro episódio, os presos sabiam, antecipadamente, inclusive, de uma suposta remoção de presos que iria ocorrer, sendo que só ele tinha recebido o *fax*, mas já estava todo o presídio



sabendo. Então, acho que vamos ter que fazer a quebra do sigilo telefônico — e aí estou fazendo já o requerimento — do Dr. Ananias, da Superintendência dos presídios, do presídio de Cachoeiro de Itapemirim, da Polícia Federal e dos celulares de todos os envolvidos nessa história. Então, já estou formulando meu requerimento verbalmente, peço à Assessoria que o converta em formal, para que possamos... Porque o Dr. Borges afirma que não tinha conhecimento de quem era o Manoel, que ninguém havia dito a ele, exceto o agente Ívano, que comunicou que o Juiz havia determinado, mas ele não associou; afirma que o Dr. Luna disse que não era nenhum preso de relevância para a Polícia Federal ou mesmo para as investigações do Grupo Especial. O Superintendente vem aqui e diz: *"Me chega lá o pedido, que eu autorizo, eu vejo os nomes."* Mas, não... Lembro de oito ou dez presos do sistema, presos importantes, até porque não tenho muito conhecimento. O Capitão Rubem disse que também viu o ofício, viu ele lá, mas não sabia quem era ele — o Diretor do presídio. Ele era um ilustre desconhecido, pelo o que me consta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Magno Malta) – Deputado, quero votar isso agora e fazer uma orientação. O requerimento foi feito verbalmente. Os favoráveis continuam como estão. *(Pausa.)* Aprovado. E que no relatório final, que vai ser dado até quinta-feira, esse seu requerimento seja encaminhado ao Ministério Público, no relatório, pedindo ao Ministério Público que faça esse procedimento solicitado por V.Exa., uma vez que a CPI se encerra neste exercício e não sabemos exatamente, embora vá haver recomendação para que essa tenha prioridade nas aberturas e instalações de CPIs na Câmara, mas que o Ministério Público já comece esse trabalho da proposta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só para concluir, Sr. Presidente, queria dizer...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Gostaria de responder. Não foi uma pergunta que o senhor fez, mas o comentário que o senhor fez merece uma resposta quanto à pessoa do Coronel.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Coronel?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO - Rubens. O Coronel, quando Diretor do MOSESP e da prisão do Manoel Corrêa pela tentativa... Quanto ao fato da



metralhadora, ele foi levado, primeiro, para a Casa de Detenção lá de Viana e depois transferido para o presídio de cima, onde o Coronel...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Era o diretor.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – ... era o diretor. E eu visitei o Manoel Corrêa por umas quatro vezes. E quando fui levar o alvará de soltura do Manoel ele estava lá. Nas vezes que visitei o Manoel, foi por autorização do Coronel. Ele conhecia o Manoel Corrêa e mantinha o Manoel Corrêa sob custódia em separado dos outros presos, lá onde ele era o Diretor. Outra coisa também é que, logicamente, agora, como Diretor-Geral do Sistema Penitenciário, ele recebe sobre sua mesa — isso eu posso dizer com propriedade, porque fui Diretor também de presídio no Espírito Santo, então tinha acesso à mesa do Diretor-Geral do Sistema —, ele recebe diversos ofícios, e é colocada aquela pilha de ofício. E ele vai lendo e vai assinando. Pode ter passado aos olhos dele despercebida essa transferência do Manoel para Cachoeiro, e ele ter assinado sem realmente observar de quem se tratava.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Tanto o dia 12 quanto o dia 19, não é? Principalmente dia 19, porque, no dia 12 o Manoel foi, ninguém aceitou o Manoel, o Manoel teve que voltar e ele determinou, inclusive, a devolução do Manoel...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – É aí que está o entrave, nobre Deputado. Aí que fica... realmente causa estranheza. Por duas vezes é que não começa a prosperar a minha defesa à pessoa, digamos assim, minha defesa não é... não se trata de defesa, é o fato de as duas... Uma, eu acredito que sim; duas, aí, com a primeira ter sido... O senhor aí já me entrava o meu argumento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Só uma última pergunta: o senhor foi advogado do Manoel até o dia do óbito dele?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Não?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não. Fui advogado dele até quando houve um desentendimento financeiro e deixei de ser advogado dele, que passou a ser o advogado dele o escritório de José Maria.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O senhor poderia precisar quando o senhor deixou de ser advogado dele?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Há cerca de dois meses atrás, até final de setembro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Então, nesses episódios, nos últimos episódios, o senhor não era mais o advogado dele?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não, apesar de, todas as vezes que fui à carceragem da Polícia Federal, falar com ele, porque a carceragem da Polícia Federal é pequena, é um corredor com cela só do lado direito. E, quando se entra para falar com o carcereiro, eles colocam aquele espelhinho e já vêem o advogado lá. E como a cela dele ficava uma cela... Interessante é isso, que até a cela dele lá na carceragem da Polícia Federal era reservada aos outros presos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Eu quero só demarcar uma coisa aqui...

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Então, ela já ouvia minha voz, aí falava: "*Dr. Ananias, eu quero falar com o senhor*". Então, todas as vezes era ele que queria falar comigo. Então, eu falava para o carcereiro, o carcereiro ia, pedia a autorização, porque os outros presos não precisavam de autorização. Já o Manoel Corrêa, para falar com o Manoel Corrêa, o carcereiro tinha que pedir autorização lá de dentro, provavelmente ao gabinete do Dr. Joaquim, não posso precisar, mas para conseguir falar com o Manoel. Aí, sim, aí vinha a autorização, tratando-se de ser eu, falava com o Manoel.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O senhor saberia precisar qual a última vez que o senhor fez o comentário ao Dr. Joaquim Borges quanto à importância do Manoel? Mais ou menos?

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Não, não... Não tem como, não tem como. Foi durante a estadia dele lá na Polícia Federal. Mas eu... Não tem como.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Tá o.k. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Nós todos estamos satisfeitos e agradecidos ao Dr. Ananias. Mas Manoel morreu lhe devendo, não é?



O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Bom, a família dele já me contratou para que eu seja advogado na parte cível em relação à morte dele. Então, certamente, eu vou receber honorários em relação a isso.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Parabéns, então.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Muito obrigada, Dr. Ananias. O senhor está liberado. Nós vamos suspender a sessão por três minutos para vir o próximo depoente. Muito obrigado e dar-lhe um bom ano novo.

O SR. ANANIAS RANGEL MELLO – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Dr. José Pinto de Luna, Delegado da Polícia Federal do Espírito Santo. A presente reunião destina-se à oitiva de testemunha. Portanto, solicito ao Dr. José Pinto de Luna que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito a todos que fiquem de pé para ouvir o juramento.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) - Muito obrigada. Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, eu advirto ao depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: *“Fazer afirmação falsa, sonegar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral. Pena — reclusão de um a três anos e multa”*. Dr. Luna, o senhor tem vinte minutos, se quiser fazer uso, para dissertar sobre qualquer assunto concernente à CPI. Se não, nós passaremos aos Deputados para fazerem as perguntas.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Eu gostaria que fosse diretamente às perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Pois não. Muito obrigada. Com a palavra o Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Dr. Luna, o senhor está na Missão Especial ou o senhor está lotado aqui?



O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Estou lotado em São Paulo e estou na Missão Especial desde o dia 17 de julho. Eu acho que eu sou o último remanescente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Desde 17 de julho, quer dizer, o senhor veio já no começo da Missão Especial.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Ok.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor responde pela Missão Especial... É o coordenador?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Não, senhor. Eu sou integrante.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Integrante da Missão Especial. O senhor tem conhecimento de quem era o Sr. Manoel?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Sim, superficialmente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Quando o senhor chegou, logo em seguida, o Manoel fez as denúncias, não é?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Não, ele foi preso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Foi preso, não é? E passou a ser um preso que, quase todos os dias da semana, praticamente, estava nas páginas do jornal, em razão de ter denunciado o Coronel Ferreira. Quer dizer, era alguém, assim, meio que notório aqui no Espírito Santo, pela participação no crime organizado e por delatar o crime organizado. Isso aí também o senhor tinha conhecimento?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Excelência, do que eu sei, eu não tenho ciência dessa notoriedade toda quando da prisão dele. Eu acredito que tenha sido isso fatos passados dessa denúncia que ele estava. Ele foi preso pela Polícia Federal a pedido do... desculpe, a pedido não, por determinação do juiz da Vara de Execuções.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O senhor participou da operação que o prendeu?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Não, eu não participei, mas eu tenho ciência, por cima, pelo que os agentes me contaram. A prisão foi efetuada pelo Comando de Operações Táticas, foi ao raiar do dia e com alguns agentes que compunham a Missão Especial também.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Mas o senhor sabia mais ou menos quem era o Manoel, já tinha ouvido falar?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Sim, conversava com ele.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Conversava com ele...

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Ele sempre ia à sala ao lado da minha, quando a criança... a visita dele era feita ali, entendeu, levado no nosso setor de Operações. Uma operação dessa magnitude, você tem que eleger alguns agentes para que eles coordenem os outros agentes. E o Manoel sempre estava em contato na sala ao lado da minha sala. Então, eu sabia quem era ele.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Sabia quem era o Manoel, sabia por que ele estava preso, em razão... Quer dizer, ele era um preso, até certo ponto, com tratamento diferenciado, especial. Disso aí o senhor tinha pleno conhecimento?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O Dr. Borges nos informou que ele autorizou a remoção do Manoel da carceragem para Cachoeiro de Itapemirim porque, para ele, o Manoel era um preso comum e que, como precisava esvaziar a carceragem, ele sempre pedia e, portanto, não era alguém que merecesse atenção especial. Embora o agente Ívano tenha nos afirmado que advertiu o Dr. Borges que, no dia 19, ocorrera uma audiência em Cariacica e o Juiz da 3ª Vara Criminal, por solicitação do advogado do Manoel com a anuência, inclusive, do Ministério Público, foi determinado que o Manoel permanecesse na carceragem da Polícia Federal. O Dr. Borges disse que procurou qualquer expediente, não encontrou e aí resolveu, então, ligar para o senhor para saber — quer dizer, no momento, ele disse que foi até o senhor pessoalmente, depois, no outro, disse que foi por telefone, mas aí não interessa muito se foi pessoalmente ou por telefone —, e fez um contato com o senhor, e o senhor disse que, para a Missão Especial, o Manoel não tinha interesse algum, não era um preso que estava lá de interesse. O senhor deu essa informação a ele?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – O que acontece é o seguinte: eu vim para a Missão Especial com uma finalidade específica. Minha função aqui é investigar o homicídio do advogado Joaquim Marcelo Denadai. Me deram também um inquérito



que, a princípio, estava como homicídio, desaparecimento, a pedido da Presidência da República, que era de um joalheiro desaparecido em Linhares, Leonardo Simas. E eu toquei esses dois inquéritos e estou acabando esse último, que é do Marcelo Denadai. No Leonardo Simas, eu tive seis presos temporariamente. Eu solicitei a prisão de seis presos, como tenho agora na carceragem, lá, dois presos temporariamente. Então, eu cuido e sei dos meus presos e por eles eu zelo. Então, o que aconteceu? Os presos de Linhares, quando chegaram na carceragem... um dia eu fiquei sabendo que transferiram uma presa minha para o presídio de Viana, um presídio feminino que tem aqui, certo? Quando eu tomei ciência disso, na hora falei: *“Quando essa presa foi transferida?” “Há dois dias atrás” “Então vá lá, busque minha presa, porque ela é minha, está sob a minha responsabilidade. Ela é presa temporária, ela não é presa preventiva, que tem que ir para o sistema”*. Aí foram lá e buscaram minha presa. Aconteceu, posteriormente, que foi transferido o outro preso, que era o marido dela, a mesma coisa eu falei: *“Busque o preso, que ele está sob minha responsabilidade, quando ele tiver preso preventivamente, aí ele vai para aonde tem que ir”*. Então, os meus presos, eu passei a ser consultado a respeito disso. E a consulta que o Dr. Borges me fez foi por telefone, quando ele me disse: *“Olha, eu vou transferir um preso teu”*. Eu falei: *“Que preso?” “O Manoel Ferreira”*. Eu falei: *“O Manoel Ferreira não é meu preso, o Manoel Ferreira era preso do Dr. Luís Fernando, que já foi embora”*. *“Ah, está bom, muito obrigado.” “Está bom, doutor, passar bem.”*

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Quer dizer, o senhor está aqui desde 17 de julho e sabia quem era o Manoel Ferreira, o Manoel?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – O senhor quer dizer o que com isso? Sabia o que, doutor?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Não, não, se o senhor conhecia mais ou menos quem era o...

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Não, eu falava com ele, inclusive, esporadicamente...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Não, eu estou, assim, curioso, porque o Dr. Borges está aqui há nove anos e nos informou que não sabia quem era. Quer dizer, para mim me causa espécie alguém que está há nove anos vivendo



aqui no Espírito Santo, tem uma relação com esse Estado e não conhecer. E o senhor, com menos tempo, já tinha o conhecimento, embora não seja um preso proveniente de um inquérito, de uma investigação sua, mas o senhor tinha conhecimento. Quer dizer, na Polícia Federal as pessoas, todo mundo sabia quem era o Manoel, quem estava lá dentro?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Olha, doutor, isso eu não posso afirmar. Eu estaria...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Mas era difícil desconhecer que o Manoel estava lá e a motivação...

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Olha, pelo menos o pessoal que compunha a Missão Especial e aqueles que participaram do serviço do Manoel, entendeu, sabiam...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Não, pode concluir que eu já...

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – ... sabiam, assim, quem que era o Manoel. Só que a Missão Especial se esvaziou. Chegou a um ponto que só eu e um agente que estava comigo que passou a ser a Missão Especial. Foi onde que nós viemos depor aqui aquela... na outra situação e a coisa foi se revitalizando. Então, o pessoal que sabe mesmo da Missão Especial... — não estou dizendo o pessoal aqui do Estado porque eu tenho pouco relacionamento com eles. Mas o pessoal que sabe quem é Manoel, que eu tenho certeza, que posso afirmar, é o pessoal que participou da prisão dele, que estava ali no dia-a-dia com ele. Eu sabia, assim, de comentários que o pessoal falava e umas quatro, cinco vezes que eu falei. Mas, por exemplo, de falar ele vir com o Coronel Ferreira, eu sei disso de ouvir dizer, mesmo porque eu nem sei quem é Coronel Ferreira, no meu contexto, para mim não significa nada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas mesmo de ouvir dizer o senhor tinha uma noção.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Claro. Em outras palavras, ele estava caguetando o Manoel Ferreira. Desculpe o termo, mas é isso que estava acontecendo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Correto. Quer dizer, as palavras que o senhor disse — só vou pedir para o senhor repetir para que a gente



registre — ao Dr. Borges foram: *“Manoel não é um preso meu. Manoel era um preso da Missão Especial...”*

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Do Dr. Luís Fernando, a pedido do Dr. Luís Fernando, no inquérito que o Dr. Luís Fernando tocou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No inquérito do Dr. Luís Fernando. E ele disse obrigado, e mais nada.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Foi isso que ele me disse. Em nenhum momento ele me questionou: *“Olha, você acha que o preso é perigoso? E também eu não me senti no direito de dizer: “Olha, se o senhor transferir esse preso...”* Eu não fui nessa de fazer esse tipo de sugestão, porque ele é superior a mim, e para que eu não tome assim: *“Olha, isso é decisão minha”*. Então, é hierarquia e disciplina. Ele me consultou e eu falei para ele que aquele preso não era meu.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – A consulta que ele fez era se o preso era ou não do senhor.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA - Isso. Ele falou: *“Vou transferir seu preso”*. Eu falei: *“Não, eu não tenho preso nessa carceragem, porque esses outros dois eu prendi posteriormente”*. Então, todos os presos que eu tinha — aí eu disse para ele: *“Todos os meus presos ou foram liberados ou estão presos preventivamente e já foram para o sistema penitenciário”*. Foi isso o que eu disse para ele. *“Então está bom. Obrigado”*. Desliguei. Inclusive, ele me ligou no celular. Eu estava saindo do hotel.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Esses dois presos do senhor que foram transferidos, quem procedeu à transferência deles? Foi o Dr. Borges também?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Foi o pessoal da Custódia. Acredito que tem que passar pelo crivo dele.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Tem que passar pelo crivo dele.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – Isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Deputado Magno Malta...



O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Ele transferiu os seus presos sem a sua ordem. Então o senhor, quando soube, falou: *“Não, não. Busca a minha presa porque essa está sob...”*

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – ... minha responsabilidade.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Agora, sabe que eu estou impressionado com essa desorganização da Polícia Federal? O Dr. Borges não sabe quem é o Manoel e ele disse no depoimento dele que o senhor falou que o Manoel já era um preso sem importância para a Missão, quando, na verdade, o senhor disse: *“Olha, ele era preso do Delegado Fulano, que já foi embora”*. E ele: *“Obrigado.”* E desligou o telefone. Aí ele transfere preso seu, que está sob a sua guarda, numa investigação sua, sem consultá-lo. Aí o senhor tem que mandar buscar. Esse Dr. Borges, para mim, me parece um atabalhado. Precisamos rever essa situação da Polícia Federal no Brasil. O comandante dele, o Dr. Tito, também não conhecia o Manoel, não. Um homem que, durante um período, acumulou a função tanto de Superintendente como de Comandante de uma missão especial. E eu volto àquela frase que eu disse ontem: não estamos falando de guarda municipal, nós estamos falando da Polícia Federal do Brasil. E acho que foi com base nesse desleixo que o Ministro já destituiu o Dr. Tito. Um homem com trinta e dois anos de polícia não pode expor a sua instituição dessa maneira. As suas respostas rápidas, ligeiras, sem ficar procurando o lado esquerdo do cérebro, me dão mais essa certeza. Conheço o Manoel, ficava ao lado da minha sala, conversei com ele diversas vezes. E o senhor está correto, porque o cara estava preso ali, era um preso importante que fez denúncia contra o crime organizado. Quem é que estava metido nessa Missão que não sabia quem era aquele cara que estava ali?

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA - Doutor, posso falar uma coisa para o senhor? Se eu estivesse à frente da... — eu sou um delegado operacional —, se eu estivesse à frente da missão do Manoel, como a coisa aconteceu, talvez tivesse havido um entrevero ou eu tivesse morrido ou ele tivesse morrido ou alguém. A prisão dele foi nevrálgica e eu adverti — eu, como autoridade policial — as pessoas que participaram disso. Eu falei: *“Vocês não estão aqui para correr risco. Esse negócio não é filme. Você tomou um tiro, você morre. Você não aparece no próximo episódio”*. Então, de todos os serviços que eu participei e foram nevrálgicos,



enquanto à frente da Polícia Federal, enquanto eu fui policial civil em São Paulo, eu sempre zelei pela minha integridade física e das pessoas que estavam junto comigo. Então, eu tenho orgulho de dizer que, das prisões que eu já fiz dentro da Polícia Federal, eu nunca disparei um tiro. E, se eu quiser, eu posso elencar aqui, não para ser soberbo daquilo que eu falo, do profissional que eu sou, mas sempre com o cuidado precípuo de preservar, para não acontecer esse tipo de coisa que está acontecendo aqui. Um fato específico, foi um delegado que mandou matar o outro em São Paulo que sou a principal testemunha.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Conheço, sei disso.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA – O Cruz. Certo? Ali, nós tivemos oportunidade para fazer justiça com a própria mão, porque é ciência inequívoca que foram aqueles dois que mataram o... (*ininteligível*). Mas não, um tiro não podia ser disparado. E foi assim que aconteceu. Então, sempre você tem que ter a cautela devida para não acontecer essas coisas. No caso, voltando ao caso do Manoel, ele foi preso ao raiar do sol e ele, segundo o que me falaram, não sei se já contaram esses detalhes para o senhor, cercaram a casa dele. Eu não sei onde que é, mas parece que é um sítio.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – É um sítio.

O SR. JOSÉ PINTO DE LUNA - Cercaram a casa dele, o cachorro saiu, latiu, ele acendeu a luz, ele saiu, deu uma olhada, e o pessoal já olhou ele e falou: Está aí? Está. Ele entrou e aí o pessoal foi invadir a casa. Quando invadiram a casa, ele já estava com colete à prova de bala e com uma doze na mão e ele surpreendeu os nossos policiais. Aí ficaram os dois policiais com a 9 milímetros nele e ele com a 12 milímetros. Ele só se rendeu quando ele viu realmente que era a Polícia Federal e a casa estava toda cercada. Então, quer dizer, é um serviço nevrálgico, é uma coisa que, é uma situação. E aí foi onde que eu fui conversar com o Manoel, saber quem é ele. Então, particularidade do inquérito dele, eu não tenho. Quem pode dizer melhor é o Dr. Luís Fernando. Sei que o Dr. Luís Fernando saiu muito chateado daqui porque ele queria que as denúncias do Manoel, que a coisa fosse levada à frente. Ele pediu isso. O Dr. Luís Fernando falou comigo. Eu não conheço minúcias do inquérito dele, que foi aforado em Cariacica. Então, o Dr. Luís Fernando pediu a prisão temporária de um tal de Joel, que eu não sei quem é, nunca tive contato, mas



parece que o Manoel que teria possibilitado essa prisão de mais umas duas pessoas também que foram presas lá, e que o Dr. Luís Fernando estava irredimido porque tinha pedido a prisão temporária do Cel. Ferreira e tinha pedido a prisão preventiva do Joel e acabou indo todo mundo para a rua e não apreciaram o pedido dele. Aí ele praticamente se deu por desgostoso, fez as operações que ele tinha que fazer aqui, montou o nosso núcleo de inteligência, que foi ele que montou, e depois voltou a exercer as funções dele no Rio de Janeiro. Isso eu sei dele estar comentando assim em final de expediente: Olha, está acontecendo isso. E seu inquérito, como é que está? Está assim.. É assim que eu sei.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Isso que eu estou falando não é o delegado que senta aqui dando suador, suando a mão, suando o rosto, gaguejando, quer dizer, preocupado com o que vai falar porque sabe que vai desencontrar no outro, porque o depoimento e o comportamento do Dr. Borges com relação ao Manoel e o Superintendente, nunca vi nada mais esdrúxulo. E eu volto a usar uma frase que eu usei no evento lá do Rio de Janeiro: Monteiro Lobato teria vergonha de escrever o que o Dr. Borges contou aqui. Mas eu estou satisfeito com a sua presteza, com a sua ligeireza de resposta e dizer que o cara estava ali. Quem é que não sabe quem é o cara? A prisão dele, como foi efetuada, os agentes depois conversam: O cara recebeu a gente com uma doze na mão, não sei o quê. Isso rola. A gente sabe que rola. Mas disse: Não sabia quem era esse cara. E também o Superintendente nunca ouviu falar porque o Superintendente da Polícia Federal no Espírito Santo ele não lê jornal, ele não vê televisão. O Dr. Borges também é um homem analfabeto, não lê jornal; é surdo, não ouve rádio; é cego, não vê televisão. E aí? Nós, que estamos debaixo das garras do crime organizado, precisando de proteção, confiando, esperançosos na Polícia Federal numa missão, senta na nossa frente um delegado com uma história de carochinha dessa natureza quando se trucidou um preso. Agora vem o advogado aqui do preso e diz: Não, falei com ele um monte de vezes, falei com ele ao telefone um monte de vezes. E aqui está um pedido do Ministério Público sobre a transferência do Cel. Ferreira para Brasília, e, de ofício, ele indefere em nome de Tito. Dois dias depois que ele indefere a transferência de Cel. Ferreira, ele pede a transferência do Manoel. No mínimo, tem algo extremamente esquisito e tenebroso nesse processo do dia 14 até o dia 22. E



eu entendo que, independente do que vai acontecer daqui para frente, o Relator, Deputado Almir Sá, já tem elementos para formar o seu juízo a respeito do relatório que vai fazer. Eu não tenho mais nada a perguntar a ele. Estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – A minha intervenção, Dr. Luna, é apenas para reafirmar o que o Deputado Magno Malta está colocando. Interessante ontem a situação do agente Ívano. Na acareação colocamos ele e ele desmentiu o Dr. Borges dizendo que, absolutamente, em nenhum momento tinha falado pessoalmente com o senhor na frente dele, porque ele quis desviar as coisas e de repente transferir responsabilidade. Mas o equilíbrio e a determinação do Dr. Ívano foi muito interessante, e eu louvei a atitude dele, até lhe safando, de uma certa forma, lhe colocando, reafirmando aquilo que o senhor falou agora: que falou com ele no telefone, embora outro assunto totalmente diferente, quando o senhor disse que ele não era preso seu. E ele, na verdade, disse que o senhor tinha dito que não tinha nada a ver, que ele era um preso de pouca importância. A gente lamenta profundamente essas situações em que duas pessoas que são responsáveis aqui — um com 25 anos de carreira; outro 32 — agirem da forma como agiram. Quer dizer, o Dr. Alexandre deixou muito claro aqui para a gente, e era de conhecimento da população daqui do Espírito Santo e do Brasil a situação a que, a questão do extermínio, enfim, de outras coisas mais, que a gente não veio aqui levantar isso, mas sim a questão da tortura e do descaso e do desinteresse por uma vida. Nós queremos agradecer ao senhor. Eu não sei se o nosso Relator ainda tem alguma coisa a perguntar.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Não, Sra. Presidenta. Estou satisfeito com o depoimento e outros dados. Não estive aqui, mas está gravado. Nós vamos ter a oportunidade de verificar. Já conversei também com o Deputado Malta. Para mim, está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Obrigada, Deputado. Eu gostaria, Dr. Luna, de lhe agradecer a participação. O senhor está liberado. Está suspensa a sessão por três minutos.

(A sessão é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Está reaberta a sessão. Vamos ouvir agora o Dr. Marco Augusto Lopes da Silva, agente da Polícia



Federal do Estado do Espírito Santo. A presente reunião destina-se à oitiva da testemunha. Portanto, solicito ao Dr. Marco Augusto Lopes da Silva que preste juramento em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal, e eu solicito a todos que fiquem de pé para ouvir o juramento.

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Muito obrigada. Passo a palavra ao Deputado Almir Sá, nosso Relator.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Seu nome, por gentileza.

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Marco Augusto Lopes da Silva.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sr. Marco, o senhor há quanto tempo está como agente da Polícia Federal aqui no Espírito Santo?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – No Espírito Santo estou há 18 anos.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – E aqui especificamente na Polícia Federal?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Aqui no Espírito Santo estou há 18 anos. Como policial, estou há 23 anos.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – E aqui em Vitória?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Dezoito anos em Vitória.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – E o senhor conhece o Sr. Manoel Corrêa?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Conheci. Eu era Chefe da Custódia da Polícia Federal aqui no Espírito Santo, e ele esteve lá recolhido conosco por mais ou menos 90 dias ou um pouco mais. Não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Noventa dias. Então, o senhor o conhecia bem nesse período em que ele ficou lá. Conversava algumas vezes com ele?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Poucas vezes.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - E dessas suas conversas que o senhor tinha com ele, o senhor também sempre transmitia a seu superior da situação do Manoel lá sob sua custódia?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Assim como transmitia também do restante dos presos.



O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Também de todos?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Todos os presos.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – E seu superior imediato quem é?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Meu superior imediato, à época que eu era Chefe da Custódia, era o Delegado Borges.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - Então, o senhor sempre deu satisfação para o Delegado Borges de todos os seus presos?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Sim, até porque na Custódia tem um livro de registro de ocorrência que todo dia é entregue ao DRP, e ele toma ciência de tudo que se passa na Custódia colocando a assinatura dele no livro de ocorrência diariamente.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - Então, ele chegou a assinar diariamente o livro da Custódia, o Dr. Borges?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Diariamente.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - Então, ele sabia da importância de Manoel, da notícia, jornal, televisão, ou até mesmo por causa da cautela dele estar preso lá na Polícia Federal?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Eu acredito que soubesse. Não posso lhe dizer com...

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - Pelo menos o livro da Custódia, ele assinava?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Exatamente. E com relação à questão de — acredito que é o que o senhor está querendo saber — com relação ao problema dele estar correndo perigo de morte, antes dessa transferência dele para Cachoeiro, ele foi transferido para um presídio aqui de Viana, Município vizinho aqui, e retornou pelo Diretor do presídio achar que não tivesse nenhuma cela que ele tivesse segurança lá no presídio.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Ele já sabia do problema, sabia que precisava de segurança e recusou porque não tinha segurança para segurar o Manoel lá?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Sim. Esse preso retornou para a Superintendência. Como era noite o horário que ele retornou, foi recebido



pelo agente de plantão, que fez o registro no livro sobre as condições que ele retornou, e eu, no outro dia, quando cheguei, fiz o registro no livro de ocorrência da Custódia e foi dado ciência pelo Delegado Borges em todos os dois livros do fato acontecido.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – E, além dele ter ido para Viana, ele também foi para a MOSESP?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – É a mesma coisa, é o mesmo presídio.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Pois não. Depois disso, houve a solicitação, novamente para achar uma vaga em outro lugar?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – É, quando do retorno dele à Superintendência da Polícia Federal, voltando do presídio de Viana, que é o MOSESP que o senhor falou, ele voltou com a condição de que — isso aí foi, salvo engano, na quinta ou na sexta-feira — ele voltou com a condição de que, na segunda-feira, seria procurado um local seguro para ele ser colocado. Essa foi a condição dele retornar à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – O senhor não achou estranho o fato de querer... Por que a Polícia Federal queria tirá-lo de lá tão rápido? Se a ela coube a custódia, por que tentar tirar de lá?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Na realidade, não houve rapidez na tentativa de tirar ele de lá. Foi o procedimento mais ou menos normal. Não sei se na condição em que ele se encontrava seria o mais conveniente, mas o procedimento foi o normal, o de praxe que é feito.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – O senhor, como conhecedor do caso, não achou estranho, de repente, arrumar uma vaga logo em Cachoeiro do Itapemirim, que também não tem nenhuma segurança, e mandar o preso para lá?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Eu não sei dizer para o senhor porque eu não conheço o presídio em Cachoeiro de Itapemirim.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - O senhor acompanhou a viagem ou não?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Não.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sua missão é só na Custódia?



O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Minha missão é manter os presos na Custódia, aqui na sede da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Alguma vez o Manoel lhe disse alguma coisa, uma preocupação? Alguma vez ele conversou com o senhor sobre ameaça de morte, ou que ele estava sendo ameaçado, ou que porventura ele corria risco?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Sim, ele falou, como outros presos também falaram. Tanto que nós tivemos o cuidado de, antes da saída dele do setor de custódia aqui da Polícia Federal, ele solicitou para fazer uma ligação para o advogado dele, o que foi autorizado, para cientizar o advogado dele de que ele estava sendo transferido naquele horário. E foi a única coisa que ele pediu antes de sair do setor de custódia aqui da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sra. Presidenta, eu estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Interessante, Augusto... Você, que é responsável por esse setor da carceragem, conhece o Manoel, a situação dele, quem ele denunciou, os riscos que ele corria e a importância dele também para o Espírito Santo pelos depoimentos que fez — por isso, estava ali sob a guarda da Polícia Federal — e o DRP, o Dr. Borges, não sabe de nada disso. Ele não sabe quem é o Manoel, não sabe da importância do Manoel. O Dr. Tito, mais avoado ainda, o Dr. Tito é que não sabe mesmo de nada, o Dr. Tito não tem conhecimento de Manoel, nem se Manoel fez depoimento, quem ele denunciou, que era um preso que precisava de cuidado, que era um preso especial. O Dr. Tito não sabe, nem o DRP sabe. O senhor fala que faz relatório e que ele assina o relatório. Quer dizer, para mim, fica mais grave porque nem o relatório ele lê. Ele assina as coisas sem ler. E eu fico preocupado com a situação desse Dr. Borges e desse Dr. Tito, porque o Espírito Santo, debaixo de um fogo cruzado desse, crime organizado, você traz uma missão especial, você tem um Superintendente de Polícia Federal que, num determinado momento, ele acumula as duas funções, ele é o diretor da missão especial e Superintendente da Polícia Federal, e esse homem, que deveria fazer essa coordenação, o povo do Espírito Santo todo em casa lendo jornal, esperançoso na missão, na Polícia Federal, que vai dar segurança para nós, e ele não sabe nem quem está na carceragem dele, qual a importância da pessoa. Eu não sei se ele está brincando com a inteligência da gente, se ele está tirando onda com a cara da



gente, tirando onda com a cara da sociedade. Eu sei que é muito complicado para eles dois isso, porque esse moço sai, eles não sabem de nada e diz que mandou porque precisava esvaziar para construir e continua a cela no mesmo lugar, não foi nada demolido, está lá com preso do mesmo jeito, esse rapaz morre e o nosso juízo é que ele estava vendido, saiu dali para ser executado em Cachoeiro, até porque o julgamento não foi feito lá. Ele já foi executado, o julgamento já havia sido feito. Eu estou fazendo comentários para que meus comentários fiquem registrados, até porque, diante disso, tem muito pouco a se perguntar. De maneira espontânea, tranqüilo, como o Delegado Luna, que acabou de sair, sem suador na mão, sem inquietação, sem divagar, disse: Não, estava lá, a gente conhece, conversei com ele algumas vezes, era o Manoel. Ao sair, ainda telefonou para o advogado dele dizendo: Doutor, estou indo e tal. Voltou, não ficou no MOESP porque era um preso que precisa de determinados cuidados. Disseram: Olha, aqui não tem como segurar o Manoel. Leva para lá porque ele é preso de segurança. Todo mundo sabe disso, menos o DRP e o Superintendente da Polícia Federal. Sinceramente, estou impressionado. O advogado senta aqui, do Manoel, e diz que, quando ligou para a carceragem, ele falou: É, doutor, passaram cerol no seu cliente, e eu sei que vou responder por isso. Muita coisa obscura, muita interrogação. Eu lhe faço uma pergunta e responda se quiser: O que levaria um homem com 32 anos de Polícia Federal e um outro com 25 anos de Polícia Federal... Seria irresponsabilidade e desleixo, descaso com a situação do Estado do Espírito Santo? Descaso com o preso, não precisa nem comentar porque eles não conhecem, não sabem nem de quem se trata, mas descaso conosco, com o contribuinte que paga o salário do agente público... Ou seria má-fé mesmo, porque é difícil explicar agora à sociedade, depois desse depoimento, que não há envolvimento, que não tinha nada tramado, que não estava a serviço de alguém? E, para explicar isso, é preciso o cara assumir: *"Não, eu sou relaxado, eu fiz descaso mesmo, eu não prestei atenção, eu sou bisonho..."* Para o cara desmentir que houve envolvimento e que estava a serviço de terceiros, ele vai ter que assumir o seu tipo de comportamento. E aí me responda se quiser: O que leva um agente público a se comportar dessa maneira?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Eu vou preferir não emitir julgamento sobre o ato do meu superior.



O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Até porque você está perto do superior. Eu vou me manter com os meus comentários, Sra. Presidenta, Sr. Relator e Deputado Fantazzini, para que fique gravado e taquigrafado. E aqui é o desabafo do cidadão, do Deputado deste Estado que cria os filhos aqui neste Estado e que tem preocupação com este Estado, que vem lutando. Corro risco de vida, recebo ameaças. O senhor é agente e sabe disso. A Polícia Federal fez, durante três anos, a minha segurança, e hoje não faz mais. Ninguém defende mais essa polícia do que eu. Mas é um desabafo em nome da população do meu Estado de que não é isso que o povo está esperando. Quando a gente viu o Dr. Tito dando entrevista em jornal, estava achando que ele estava trabalhando mesmo, fazendo um negócio sério. O DRP senta aqui para dizer que não sabe quem é o Manoel! Qualquer cidadão que lê jornal no Espírito Santo, qualquer menino, sabe quem era o Manoel. Estou errado?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Foi noticiado com bastante ênfase nos jornais da cidade.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Aí acontece um episódio desse para que eles se assentem aqui e nós, cidadãos do Estado do Espírito Santo, sermos obrigados a ouvir o homem que, em determinado momento, tomou conta da missão especial, um Superintendente de Polícia Federal, dizer que não tem conhecimento de nada, dizer que não sabia de nada, que não conhece o preso. Ele disse assim: Não, era responsabilidade de Augusto. Quem é Augusto? Nem seu nome todo ele sabia. Nós mandamos levantar o seu nome aqui para fazer o requerimento. Augusto de que, doutor? Não sei. Sobrenome dele? Não sei. Ele conhece o senhor há quanto tempo?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – O Superintendente?

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – Não, o DRP.

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – O DRP já há bastante anos.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – E ele não sabe o seu nome todo. Que coisa! E você deixa o livro lá para ele assinar dando conta do que está lá.

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Inclusive, no livro tem o meu nome completo.



O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – E ele não sabia o seu nome completo. Aí a gente vê o sujeito sentar aqui e dizer: Não porque tem regra na cadeia. Ninguém morre assim. Primeiro, eles se reúnem, discutem e ligam para todas as cadeias para ouvir os líderes. Depois da ordem dos líderes é que se executa. Quer dizer, que organização!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Deputado Magno, o senhor está esquecendo de que a palavra-chave o tempo todo foi “rotina”. É rotina.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA – É rotina, é Augusto que sabe. Quem é o Augusto? Augusto é você. O sobrenome dele, o Deputado pedia. Não sei. Aí a assessoria providência o nome inteiro do agente Augusto porque seu chefe não sabia seu nome todo. E você está com ele há quantos anos. É rotina não saber. A que situação lamentável nós chegamos: à exposição de uma instituição feita a Polícia Federal! É lamentável porque ele é seu superior e ser obrigado a concordar com esse tipo de raciocínio. Como é que ele não sabe o seu nome!? Há alguma coisa a esconder? Isso é extremamente preocupante. Eu quero dizer, Deputado Fantazzini, que eu não tenho o que perguntar ao Augusto. Ele está falando que o trabalho dele é esse, que ele conhece o cara, que o cara realmente era perigoso, o cara deu um depoimento forte, o cara era isso mesmo, que algumas vezes conversou com ele, viu o dia em que ele saiu e ele pediu para telefonar — deve ter falado com esse novo advogado, e não com esse que saiu há 60 dias, que acabou de falar aqui — cumpriu o trabalho dele, fez o serviço dele, continua dizendo que as celas não foram demolidas, porque o argumento para tirar o rapaz era que as celas iriam ser demolidas e, então, tinham que tirar rapidamente, que foi o mesmo delegado que, de ofício, negou a transferência de Ferreira para Brasília e, dois dias depois, ele pede a transferência do denunciante de Ferreira. Como é que se explica isso para a sociedade? Então, fica o meu comentário. Agradeço e não tenho nada mais para perguntar. Quero parabenizar pela maneira como está dando seu depoimento: seguro, sem divagar, sem suar a mão, sem ficar trocando de perna, sabendo exatamente o que está falando.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sra. Presidente, gostaria de perguntar ao Dr. Marco onde ele está operando, qual é o setor agora?



O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Fui transferido para o plantão.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Já a Custódia ficou sob a responsabilidade de outro?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Após esse fato aí, fui transferido da Custódia para o plantão.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Após esse fato, todos os delegados, as pessoas envolvidas, foram transferidas?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA - Não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - Está bom. Da Relatoria não tem mais nada, Deputada Elcione.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – É Augusto como o senhor é chamado?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu o estou tratando de Augusto porque o Dr. Borges dizia: *"Olha, é o pessoal lá embaixo que me pede e eu vou fazendo. Mas quem é o pessoal lá embaixo? É o Augusto e um outro"*. Bom, em termos, o Dr. Borges afirmou-nos aqui que não sabia da importância do Manoel. Para ele, como passam tantas outras pessoas pela carceragem, era mais um que estava lá. E que ele, quando chegava a solicitação, porque a carceragem comportava 12 pessoas e, às vezes, chegava a um número maior e precisava ir esvaziando, até para contribuir com a missão especial. Então, vocês lá embaixo é que viam quando estava muito superlotado e começavam a pedir a transferência. Vocês pediam e ele encaminhava o ofício para a Superintendência pedindo vaga. Era assim mesmo a rotina?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Não. Toda semana eram solicitadas vagas para todos os presos que não tinham nenhum impedimento legal para sair da Custódia. Nessa transferência do Manoel... *(ininteligível)* ...presos na Custódia. Dois. Um com ordem judicial para ficar lá; um outro um preso que foi testemunha da Comissão de Narcotráfico. Os outros quatro estavam passivos de serem transferidos. Então, toda semana é solicitado o nome de todos os presos que não têm nenhum impedimento legal para sair da Custódia e é passado o nome,



coisa que não havia necessidade porque na própria tela dos computadores, que são interligados, é só abrir o setor de custódia e tem a relação dos presos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O Manoel, então, não era um preso com impedimento?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Oficialmente, lá na Custódia, não havia nenhum impedimento legal no dossiê dele para ele não ser transferido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Então, vocês lá na carceragem é que relacionavam mesmo?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – A gente não relacionava. Simplesmente, passamos o nome das pessoas que estão lá, de todos os presos. Excetuando esses dois, que tinham impedimento legal, todos os outros presos foi dado o nome. Aí a Secretaria de Justiça, dentro das prioridades dela, abre um número de vaga “x” e as pessoas são transferidas. Dessa vez, como só existiam quatro pessoas no setor de custódia que não tinham impedimento, ela arrumou as quatro vagas em Cachoeiro do Itapemirim. Mas a Custódia não tem competência para dar o nome de nenhum preso para transferência.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Então, não eram vocês que mandavam a solicitação? Quer dizer, já tinha a relação no computador. O que chegava para vocês, no máximo, eram os ofícios para poder dar os encaminhamentos?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Nesse caso específico, um auxiliar do Dr. Borges pediu: Quais são os nomes das pessoas que estão aí que podem ser transferidas? Foram passados os nomes de todos os presos que não tinham impedimento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quem era o auxiliar do Dr. Borges?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Ele era um estagiário. Não sei lhe dizer quem era porque temos muitos estagiários lá. Não foi o secretário do Dr. Borges que fez a solicitação. Foi um estagiário que trabalha no setor do Dr. Borges que fez a solicitação.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – E aí o Dr. Borges, muito diligente, sempre dava uma passada pela carceragem para ver como estavam as coisas, se muito tranqüilo ou não, ou ele não tinha essa rotina?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Ele, ocasionalmente, passava na Custódia para ver como estava o andamento das coisas lá. E quando não passava, ele ligava para a Custódia para saber se estava tudo transcorrendo normal, como estava o andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Nessas passagens dele, ele fazia qualquer comentário em relação aos custodiados com vocês, funcionários da custódia?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Como assim?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Hoje estamos com dez. Tem fulano, beltrano. Olha, tem fulano ainda. Fulano parece que tem envolvimento com isso, com aquilo. Comentários informais.

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA - Saíam comentários sobre os presos que tinham... Mas especificamente sobre essa pessoa da qual acredito o senhor esteja falando, eu não me recordo dele ter feito nenhum comentário sobre isso. Mas, com certeza, sempre tem comentário sobre os presos lá: *"Olha, fulano tem que ser transferido porque está dando problema na Custódia, Beltrano já passou da época de ser transferido"*. Comentários informais, como o senhor mesmo falou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Ele visitava a carceragem?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Alguma vez o senhor acompanhou ele?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Sempre que ele visitava a custódia, eu o acompanhava como Chefe da Custódia.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Alguma vez o senhor se recorda dele conversar com o Manoel?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Mas ele conversava com os presos em geral?



O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA - Conversava. E eu não me recordo dele conversar com o Manoel lá na Custódia, que é o setor onde eu ficava lotado. Lá, eu nunca o vi conversar com o Manoel.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Na custódia, o senhor se recorda?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Na custódia, eu não me lembro dele ter conversado com ele. Ele pode ter conversado lá para dentro, lá no cartório ou em algum outro lugar. Na Custódia, não me recordo. Mas ele conversava com os presos com constância.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Sim. Mas parece que o Dr. Borges afirmou que nem passava na Custódia, que tinha uma vida muito atribulada, que não sabia. É isso mesmo? Queria que a Taquigrafia pudesse resgatar, porque estou achando interessante. Há muitas contradições nos depoimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Sem dúvida, Deputado. Será providenciado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – O senhor tem quantos anos aqui no Espírito Santo?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Aqui no Espírito Santo tenho mais ou menos 18 anos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Quer dizer, nesses 18 anos, dá para conhecer bem o retrato principalmente de quem está atuando nessa área, das pessoas envolvidas com a criminalidade. Dá para ter um bom quadro?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Em 9 anos, também dá para ter um bom quadro, ainda mais tendo informações privilegiadas. No caso, o senhor já não tem tantas informações privilegiadas até em razão do cargo que ocupa. É possível crer que o Dr. Borges não soubesse quem era o Manoel?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Como eu falei com o outro Deputado aqui, com relação a ele correr perigo de morte, o Dr. Borges tinha ciência disso. Está registrado no livro de ocorrência do plantão da Polícia Federal, está registrado no livro de ocorrência do setor de custódia, com ciente do Dr. Borges nesse registro.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Quer dizer, está registrado no livro. Eu quero fazer o requerimento para que seja requisitado cópia desses livros de ocorrência da Custódia e do plantão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Sem dúvida. Pedirei a Secretária que providencie para que já deixemos encaminhado isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – É para que pudéssemos retornar a Brasília já com essas cópias até para auxiliar o nosso Relator na formatação do seu relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Seriam os 2 registros?

O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – A Polícia Federal tem um livro de registro específico do plantão, do que aconteceu à noite, e tem um do setor de custódia sobre a movimentação dos presos. Está registrado em todos os dois livros, com a ciência do Delegado Borges.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Eu me dou por satisfeito e agradeço ao Sr. Augusto pela contribuição. Quero só reafirmar, Sra. Presidente, que seria importante que ainda hoje, se houver tempo hábil, fizéssemos uma acareação entre o Dr. Borges e o Dr. Ananias, porque o Dr. Borges afirma categoricamente que ele não sabia da importância do Manoel, que nunca lhe haviam dito, e o Dr. Ananias afirmou aqui por várias vezes, quando indagado por vários Deputados, que ele tinha relatado já em várias conversas com o Dr. Borges a importância e os riscos que o Manoel poderia correr caso houvesse uma remoção dele para outro local. Então, dentro do tempo, se for possível...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Acho que o tempo não é problema, Deputado, até mesmo porque os dois detentos não estão tendo condições de localizar o juiz para que sejam liberados. E até que sejam liberados, nós precisamos retornar a Brasília, e a distância é muito grande entre a Capital e Cachoeiro. Então, acho que, dentro desse vazio, poderíamos pedir imediatamente... Essas pessoas devem estar aqui em Vitória, e poderíamos fazer essa acareação. Acho que poderemos suspender a reunião para decidir isso. Quero agradecer ao senhor pela sua colaboração, seu equilíbrio, a ajuda que o senhor prestou a esta CPI. O senhor está liberado.



O SR. MARCO AUGUSTO LOPES DA SILVA – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Estão reabertos os trabalhos. Quero esclarecer que estava prevista uma acareação, que seria feita pela parte da tarde, com o advogado, Dr. Ananias Rangel Mello, do detento Manoel Filho, com o Delegado Joaquim Borges. Em razão da ausência do Delegado, que justificou, através da sua esposa, que estava em tratamento, tomando remédios, tranqüilizantes, que sua esposa tinha acabado de sair da maternidade ontem. Então, ele não poderia vir participar desta reunião, segundo a informação dada pela esposa dele, Rosemary Marinho. Então, nós vamos, a partir de amanhã, já que o Deputado Magno Malta ficará aqui juntamente com o Deputado Chico Sardelli para tentar mais uma vez fazer a acareação dessas duas pessoas. Pela parte da noite, no Município de Cachoeiro do Itapemirim, serão tomados os depoimentos dos presos Nelson da Silva Moreira e Samuel Nogueira de Oliveira. Também ficarão sob a coordenação do Deputado Magno Malta e do Deputado Chico Sardelli.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sra. Presidente, requeiro que seja notificado o Dr. Borges para que compareça na mesma audiência em Cachoeiro. Que hoje, se ainda for possível, seja feita uma notificação a ele e ao seu superior para que ele compareça no mesmo horário das 20 horas, e, se for o caso, também a notificação ao advogado para que se faça presente lá para resolvermos essa questão hoje. É a sugestão, Sra. Presidente, já que estranho bastante essa questão de o Dr. Borges ter tomado comprimidos, ter dormido, quando ele esteve aqui em depoimento ontem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Ele esteve aqui ontem, já tomava a medicação, voltou, ficou aí. Terminou a medicação, mas vai novamente tomar a medicação. Essa é a informação da esposa dele.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - Sra. Presidente, se ele tiver algum problema de saúde, deve ter atestado médico que comprove que ele não pôde estar presente. Meu requerimento é no sentido de que ele seja notificado ainda hoje para que venha depor à Comissão, que vai permanecer aqui.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – E nada impede também que ele passe por uma junta médica para verificar a veracidade da sua doença.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Embora os Deputados Magno Malta e Chico Sardelli aqui permaneçam, lamento muito não termos a possibilidade de fazer a acareação com a participação de todos os membros da Comissão em razão dessa justificativa apresentada pela esposa do Dr. Joaquim Borges, que ontem se mostrou até muito tranqüilo na hora de prestar seu depoimento. Com os depoimentos que colhemos hoje, aflorou um conjunto imenso de contradições no depoimento do Dr. Borges. Espero que nossos dois colegas tenham maior êxito na iniciativa, que amanhã ou hoje ainda o Dr. Borges não apresente outra justificativa para não ser acareado, uma vez que as afirmações feitas por ele a esta CPI foram de desconhecimento da importância da testemunha Manoel, embora as outras pessoas que aqui estiveram hoje nos afirmassem que ele tinha pleno conhecimento sobre essa situação. Então, só queria lamentar esse episódio e dizer que nossas afirmações em relação à forma como a Polícia Federal, ou melhor, esse delegado e o Superintendente agiram nesse caso são muito pontuais, em relação a eles. Nosso respeito à Polícia Federal permanece porque sabemos que existem excelentes profissionais nos quadros da Polícia Federal. São profissionais dignos e merecedores do nosso reconhecimento e das nossas homenagens em razão dos serviços que prestam ao País, mas não podemos deixar de lastimar que nos seus quadros haja comportamentos como este que presenciamos nesta CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Eu gostaria de lhe comunicar, Deputado, até por solicitação de V.Exa., que acabamos de receber a cópia dos dois livros que foram citados aqui, os livros de registro de ocorrência. Gostaria de saber se o Deputado Candinho Mattos desejaria fazer alguma colocação.

O SR. DEPUTADO CANDINHO MATTOS - Eu apenas quero seguir a orientação daqueles que têm mais capacidade para desenvolver a apuração desse fato. Tenho já a formação na minha cabeça de que realmente existe um culpado, mas vou primeiro ver o relatório do Relator.



O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ - Sra. Presidente, só para concluir a parte desta Relatoria, é importante a oitiva dos dois presos e também a acareação aqui requerida pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Orlando Fantazzini. Registro que, na opinião deste Relator, os depoimentos colhidos aqui, mesmo o do Dr. Borges anterior e os relatos feitos, dão subsídios para que a Relatoria possa avaliar e conversar com os Srs. Deputados no sentido de que as responsabilidades sejam apuradas no seu todo. Se algum fato extra surgir no depoimento da noite que possa possibilitar o indiciamento de novas pessoas que porventura não tenham sido citadas dentro dos depoimentos coletados, sem dúvida, será importante. Lamento que não possa ficar para esses depoimentos, mas o Deputado Magno Malta e os demais farão um bom trabalho.